

## LEI MUNICIPAL Nº 161, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

*Autoriza a compensação de débitos e créditos entre o Município de **BURITI DO TOCANTINS/TO** e os contribuintes, e dá outras providências.*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS**, a senhora **LUCILENE GOMES DE BRITO ALMEIDA**, no uso de suas atribuições legais, delegadas pela Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores, **APROVOU** e eu **PROMULGO** e **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a encontro de contas entre o Município e os contribuintes, para a extinção de créditos tributários e fiscais nos termos do inciso II, do art. 156, da Lei nº 5.172/66 – CTN, e arts. 368 e 369 da Lei 10.406/2002.

**§1º** - Será admitida a compensação de créditos do sujeito passivo perante a Secretaria Municipal de Finanças, decorrentes de restituição ou ressarcimentos de valores líquidos e certo, com seus débitos tributário relativos a quaisquer tributo ou contribuições de competência do Município, vencidos ou vincendos, ainda que não sejam da mesma espécie, respeitando o disposto no artigo 170-A do Código Tributário Nacional.

**§2º** - A compensação será efetuada pela Secretaria Municipal de Finanças de ofício, mediante despacho do Secretário.

**Art. 2º** - O sujeito passivo que pleitear a restituição ou ressarcimento de tributos ou contribuições, poderá solicitar que a Secretaria Municipal de Finanças, efetue a compensação do valor do seu crédito com débito de sua responsabilidade.

**Art. 3º** - A Secretaria Municipal de Fianças, ao reconhecer o direito do sujeito passivo para a restituição ou ressarcimento de tributos ou contribuições, mediante exame fiscal específico para cada caso e também verificando a existência de débito do requerente, compensará os dois valores.

**Parágrafo único** - Na compensação será observado o seguinte:

**I** - o valor bruto da restituição ou ressarcimento será debitado à conta do tributo ou da contribuição respectiva;

**II** - o montante utilizado para quitação de débito será creditado à conta do tributo ou da contribuição devida.

**Art. 4º** - Quanto o montante da restituição ou ressarcimento for superior ao débito, a Secretaria Municipal de Finaças efeturá o pagamento da diferença ao sujeito passivo.

**Parágrafo único.** Caso a quantia a ser restituída ou ressarcida seja inferior aos valores dos débitos, o correspondente ao crédito tributário será extinto no montante equivalente à compensação e o restante poderá ser parcelado ou pago à vista.

**Art. 5º** - A Secretaria Municipal de Finanças deverá observar o seguinte ao efetuar a compensação:

**I** - Certificará:

**a)** no processo de restituição ou ressarcimento, qual o valor utilizado na quantia de débito e, se for o caso, o valor do saldo a ser restituído ou ressarcido;

**b)** no processo de cobrança, qual o montante extinto pela compensação e sendo o caso, o valor do saldo remanescente do débito.

**II** - emitirá documento comprobatório de compensação, que indicará todos os dados relativos ao sujeito passivo e aos tributos e contribuições objeto da compensação necessária para o regitro do crédito e do débito de que trata o **parágrafo único do artigo 3º**;

**III** - expedirá parecer, na hipótese de saldo a restituir ou ressarcir, e fará a emissão da guia para quitção, no caso do saldo do débito;

**IV** - efetuará os ajustes necessários nos dados e informações dos controles internos do contribuinte.

**Art. 6º** - Na compensação feita de ofício, será verificada se o titular do direito a restituição ou ressarcimento tem débito vencido relativo a qualquer tributo ou contribuição para com a municipalidade.

**§1º** - A compensação de ofício será precedida de despacho ao sujeito passivo para que se manifeste sobre o procedimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo o seu silêncio considerado como aquiescência.

**§2º** - Havendo concordância do sujeito passivo, a Secretaria Municipal de Finanças efetuará a compensação, com observância do procedimento estabelecido no **art. 5º**.

**§3º** - No caso de discordância do sujeito passivo, a Secretaria de Finanças reterá o valor da restituição ou ressarcimento até que o débito seja liquidado.

**Art. 7º** - Depois de procedido à compensação de dívidas, ficará a Secretaria Municipal Finanças autorizada, expressamente, a efetuar a quitação dos tributos no limite da compensação, extinguindo-se, assim, as obrigações recíprocas do Município e do contribuinte.

**Art. 8º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 9º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS**, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2025.

**LUCILENE GOMES DE BRITO ALMEIDA**  
Prefeito Municipal